

Antes, medidas de emergência

Goiania — Além da reforma tributária que advirá com a nova Constituição, o governador eleito de Goiás, Henrique Santillo, quer que a Constituinte ou o Congresso Nacional aprove uma reforma emergencial “para tirar do sufoco financeiro em que se encontram os estados e Municípios”. Ele afiança que já tem acertado com a bancada de seu Estado uma ação nesse sentido junto à Constituinte, inclusive para se viabilizar a reforma tributária emergencial. “Mas não estou apenas nisso. Estou tomando outras providências também. Em primeiro lugar já tenho, de forma adiantada, o levantamento da situação financeira do Estado de Goiás e vamos trabalhar já nos próximos dias, em relação ao Governo Federal, contactando a área econômica, para o saneamento financeiro do Estado”.

Santillo revela que terá de rolar, até o final deste ano, uma dívida já vencida ou a vencer, no montante de 10,5 bilhões de cruzados.

“Vamos ter que rolar esses débitos e sanear por aí as finanças estaduais. Ao mesmo tempo estou trabalhando numa reforma administrativa que venha a agilizar a máquina administrativa e promover uma maior austeridade ainda no trato da questão pública para darmos uma resposta



Santillo: urgência

à sociedade. Não estou de braços cruzados diante do problema interno que estamos vivendo. Já estou me preparando para, ao assumir o Governo a 15 de março, dar uma resposta a isso, a essa necessidade de reduzir custos na manutenção da máquina administrativa — isso sem demissões”.

O governador eleito de Goiás observou que uma reforma tributária emergencial não poderá mexer muito no atual modelo. O que ele espera é aumentar um pouco a participação dos estados e municípios na divisão do bolo de recursos. Ele advoga a reivindicação dos estados exportadores, que querem ser ressarcidos quanto à isenção do ICM. “Estamos atentos à questão dos estados do Centro-Oeste, que precisam se fortalecer financeiramente para aplicarem na construção de obras de infraestrutura física para suporte não apenas do desenvolvimento regional, mas do País”.